

Sonae Arauco desenvolve projeto inovador em I&D

A Sonae Arauco lançou um projeto de Investigação & Desenvolvimento (I&D) com o objetivo de ajudar os produtores florestais a aumentarem significativamente a sua produção, “contribuindo para inverter a tendência de decréscimo da área plantada no país”, refere a empresa em comunicado. Trata-se de um ensaio com mais de 100 mil sementes de pinheiro-bravo e de pinheiro-radiata de diferentes famílias e proveniências, que pretende testar e comparar o comportamento das plantas em diferentes condições de solo e clima em Portugal.



MANUEL DE CARVALHO E SOUSA
Docente do ISAG-European Business School

O Turismo de Habitação e o Turismo no Espaço Rural em tempos de Pandemia

As unidades de alojamento turístico na modalidade de Turismo de Habitação (TH) e nas diversas modalidades do Turismo no Espaço Rural (TER) constituem uma oferta que se distribui por todo o país, com especial incidência nos territórios de baixa densidade. Com a exceção das unidades de Turismo de Habitação, que podem estar localizadas em cidades, todas as outras tipologias estão situadas em espaços com ligação tradicional e significativa à agricultura, ao ambiente e paisagem, com carácter vincadamente rural. Estes tipos de alojamento, no âmbito do exercício da sua atividade turística, podem ainda ostentar o selo do Turismo de Natureza, que é atribuído pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) que implica a adesão formal a um código de conduta, cumprindo integralmente um conjunto de normativos, relacionados com a responsabilidade empresarial e com boas práticas ambientais. Este tipo de turismo oferece um conjunto de atividades e de serviços prestados em zonas rurais, nas diversas modalidades de hospedagem, de atividades e serviços complementares de animação e diversão turística, com vista a proporcionar aos hóspedes uma oferta diversificada.

Estas unidades de Turismo de Habitação (TH), de Hotéis Rurais (HR), de Casas de Campo (CC), de Agroturismo (AT) e de Turismo de Aldeia (TA) estão localizadas em quintas e herdades, em vilas e aldeias, junto ao mar e no interior, nas montanhas e nas planícies, com maior predominância no Norte de Portugal. O alojamento nestas unidades torna-se um instrumento de fixação da população local, de criação de emprego em meio rural e sobretudo no interior do país e ainda uma forma de valorização do património arquitetónico e natural, com a manutenção das características arquitetónicas e dos materiais construtivos típicos de cada região.

Do ponto de vista social, estas unidades ajudam a preservar as características das comunidades, os valores e os modos de vida e de pensamento das populações rurais, baseadas em modelos de agricultura familiar.

É um modelo de turismo sustentável, na medida em que o seu desenvolvimento ajuda a manter as características rurais de cada região, potencia a utilização dos recursos locais

e os conhecimentos derivados do saber das populações, diferenciado de acordo com a diversidade do ambiente, da economia e da singularidade da história e das tradições.

Esta é a realidade deste tipo de oferta de alojamento turístico, que foi sempre pensada como um convite a uma estadia relaxante, a um retemperar de forças, a um passeio pelo património, numa viagem pela memória do passado, criadora de novas memórias transportadas para o futuro de cada um. De repente, este tipo de alojamento confronta-se com uma pandemia, como todo o turismo, todas as áreas de negócio, em todos os países do mundo. Os aviões passam a ter muito menos rotas, com muito menos frequência, e há um receio generalizado de contaminação e de propagação de doenças por parte dos turistas. Para além do receio de viajar, há ainda as dificuldades inerentes às viagens, em que em alguns casos há obrigatoriedade de testes de despistagem e noutros mesmo a obrigatoriedade de quarentena.

Perante este cenário, a maior parte dos turistas estrangeiros cancelaram as marcações e outros, naturalmente, nem procederam a qualquer reserva. Restou assim este ano praticamente apenas o turismo nacional que procurou, no verão, uma oferta segura para a suas férias em família ou com um grupo restrito de amigos.

Estas unidades de TER e TH, com exceção dos Hotéis Rurais, são unidades geralmente pequenas com apenas alguns quartos, o que permite uma estadia segura para um grupo restrito. Por essa razão, neste ano de 2020, as unidades turísticas independentes tiveram uma ocupação razoável, nos territórios menos povoados, nas casas mais isoladas, com piscina e relvados, onde as pessoas se sentiram em segurança, podendo usufruir de banhos de sol e de piscina, com controlo e segurança sanitária dos turistas.

Para esta segurança muito contribuiu a possibilidade de atribuição do selo “Clean&Save” pelo Turismo de Portugal, que obrigava as entidades aderentes a um conjunto de procedimentos de segurança, permitindo assim que este ano fosse, na generalidade, a modalidade de alojamento turístico menos prejudicada nos meses de verão, mas ainda assim muito marcada pela forte sazonalidade, por estar agora mais dependente do turismo nacional.

Semapa com resultado líquido de quase 73 milhões de euros

A Semapa obteve um resultado líquido de 72,8 milhões de euros, nos nove primeiros meses do ano, o que compara com os 112,1 milhões de igual período do ano passado. O EBITDA totalizou 326,1 milhões de euros, face aos 392 milhões, em termos homólogos. O volume de negócios sofreu uma quebra de 14%, para 1447 milhões de euros, adianta a empresa em comunicado à CMVM. A Semapa realizou investimentos globais de cerca de 97 milhões de euros.



JOANA WHYTE
Advogada na Next – Gali
Macedo e Associados SP RL

Que futuro para a moda numa Europa pós-“Brexit”?

A pouco menos de dois meses do fim do período de transição, a indústria da moda continua preocupada com aquele que será o seu futuro. Neste contexto, falamos obviamente não só da indústria britânica, mas também dos Estados-membros da União Europeia (UE), cujas relações comerciais poderão estar em causa ou ver-se negativamente afetadas especialmente num cenário de “no deal” Brexit.

É evidente que toda a indústria sairá prejudicada caso não seja celebrado um acordo de saída, no entanto, é manifesto que algumas indústrias sofrerão mais do que outras. É esse o caso da indústria da moda e do segmento do luxo. Um estudo do UK Trade Policy Observatory avançou que a produção têxtil, de vestuário e de calçado serão as que mais irão sofrer com o Brexit*.

No final do período de transição o Reino Unido deixará de fazer parte do Mercado Único, da União Aduaneira da UE, das políticas e programas da União, e deixará também de beneficiar dos acordos internacionais celebrados entre a UE e Estados terceiros.

A partir do dia 1 de janeiro 2021 serão aplicadas taxas de importação e taxas de exportação. Caso não seja celebrado um acordo, serão aplicadas às exportações as taxas da Organização Mundial do Comércio, o que levará, necessariamente, a um aumento de preços no consumidor. Para exportar para a União Europeia, todas as empresas deverão ter um Registo e Identificação dos Operadores Económicos (EORI). Os EORI emitidos pelo Reino Unido deixarão de ser válidos.

Considerando a estrutura fragmentada das “supply chains” na indústria da moda, um aspeto particularmente interessante será a aplicação das chamadas regras de origem. Fazer prova do país de origem de um determinado produto poderá ser um processo dispendioso e complexo. As referidas regras dizem respeito aos critérios que determinam a origem nacional de um produto e são usadas para decidir quais as taxas aplicáveis a esse produto. A imigração é mais um tema sensível. Nesta matéria, quer os cidadãos nacionais do Reino Unido residentes em Estados-membros da UE quer os nacionais de Estados-membros da UE residentes no Reino Unido serão afetados por esta nova realidade. O Governo britânico já prometeu acabar com a liberdade de circulação de pessoas e introduzir um novo sistema de migração que afetará drasticamente a

vida dos nacionais de Estados-membros da UE residentes naquele país.

O fim da liberdade de circulação de pessoas e de trabalhadores trará dificuldades para marcas britânicas que queiram recrutar jovens talentos e profissionais qualificados nacionais de Estados-membros da UE, bem como dificultará o acesso de profissionais e recém-licenciados britânicos que queiram candidatar-se a postos de trabalho em grandes e conceituadas casas de moda com sede na UE. A necessidade de requerer visto vai acarretar não só custos adicionais, mas também atrasos que colocam o Reino Unido em desvantagem face a concorrentes nacionais de Estados-membros da UE que gozam de total liberdade de circulação.

Um dos temas que sofrerão profundas mudanças é o da proteção dos direitos de propriedade intelectual, especificamente a questão da proteção dos Desenhos e Modelos Comunitários (DMC), tema que é particularmente caro à indústria da moda. Dentro da categoria de DMC temos os desenhos registados e os não registados. Os DMC não registados beneficiam de proteção pelo período de três anos sem necessidade de qualquer formalidade prévia.

A partir do dia 1 de janeiro de 2021 os desenhos divulgados pela primeira vez no Reino Unido deixarão de beneficiar desta proteção. Enquanto nos restantes Estados-membros da UE qualquer peça que seja apresentada, por exemplo numa semana da moda, beneficiará imediatamente de proteção, porém o mesmo não irá acontecer se a peça for apresentada pela primeira vez no Reino Unido. Tendo em conta a rapidez com que a indústria da moda produz novos desenhos – especialmente se pensarmos no “fast fashion” –, esta mudança trará graves prejuízos aos “designers”, que terão de pensar duas vezes antes de revelarem pela primeira vez os seus desenhos em território britânico. Considerando que estamos num cenário de total incerteza, a revisão de todos os contratos em vigor é recomendável para garantir que as empresas não terão surpresas desagradáveis a partir do dia 1 de janeiro 2021.

Nesta fase é fundamental perceber-se as implicações de um “no deal Brexit” para a indústria da moda, devendo as empresas começar a preparar-se para esse cenário.

***Estudo do UK Trade Policy Observatory:**
<https://blogs.sussex.ac.uk/uktpo/publications/which-manufacturing-sectors-are-most-vulnerable-to-brexit/>